

“CABE TAMBÉM À IGREJA SE RESGUARDAR!”: análise dos discursos neopentecostais sob a ótica do racismo religioso¹

*João Fernando Prescinotti (UFMG), Giovanna Diniz Luchiari (UFMG),
Marcelle Alves de Oliveira Santos (UFMG) e Nina Garbellini Melo (UFMG)*

INTRODUÇÃO: O discurso como agente materializador de ideologias

O presente trabalho aborda a temática da intolerância religiosa, visando um exame dos discursos neopentecostais durante as eleições presidenciais de 2022, que se encontra atravessado por um histórico religioso racista. Para tanto, o nosso *corpus* de análise consiste aqui em uma entrevista semiestruturada de 10 perguntas, realizada com uma liderança de um dos segmentos da Igreja Batista belo-horizontina, a qual terá a sua denominação resguardada em decorrência da resolução de ética 510/16² do Conselho de Saúde, sendo adotado, para fins metodológicos, o nome fictício de “Ana Maria” para se referir à entrevistada. Vale dizer que, posteriormente, a entrevista foi analisada perante obras de teóricos como Luiz Eduardo Soares, Ricardo Mariano, Emerson Giumbelli e Paula Monteiro, sob a orientação da professora Camila Nicácio durante a realização de uma disciplina eletiva de antropologia jurídica na Faculdade de Direito (UFMG).

Para iniciar este estudo, apuramos as nuances étnico-raciais e políticas que pairam sobre o fenômeno pesquisado, com vistas a demonstrar as ideologias presentes nos diálogos e discursos neopentecostais, partindo da intolerância religiosa enquanto um fenômeno jurídico. Para esse entendimento se deve ter como pressuposto o fato de que a temática religiosa no Brasil se encontra em constante edificação, em um processo iniciado à época da colonização lusitana e, desde então, atravessado por lutas entre diferentes grupos sociais, em uma verdadeira “guerra santa” (Giumbelli, 2007, p.157). Tal estrutura é tida como complexa e sujeita à anacronismos e estigmas, o que impede uma análise isolada.

Nesse sentido, a diversidade religiosa se coloca como uma questão de pleno envolvimento do Estado, pois está intimamente ligada à questão racial e todas as suas

¹ VIII ENADIR - Encontro Nacional de Antropologia do Direito. 2023. GT12. Direitos Humanos em diálogo com a antropologia: aproximações e distanciamentos entre discursos, saberes, moralidades e práticas.

² A Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde determina diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais que são aplicadas no campo de produção de conhecimentos, dispondo sobre as normas de procedimentos metodológicos que envolvem a utilização de dados e informações identificáveis, como a ocultação de identidade.

implicações, dado o longo regime escravocrata fundamentado no apoio da Igreja Católica e seus variados dogmas. Na conjuntura escravocrata, formou-se um sistema que oprimia de forma constante as manifestações religiosas das pessoas escravizadas que, em grande parte, adotavam religiões de matriz africana³. Tais formas de discriminação não deixaram de existir, pois, abolida a escravatura, iniciou-se um projeto jurídico e social comprometido a implementar no Brasil a proibição institucionalizada dessas crenças de origem negra, com a intenção de que se firmasse um projeto modernizador, o qual adequasse a conjuntura brasileira aos padrões sociais europeus. A fim de justificar o novo plano, os juristas e cientistas do século XIX, passaram a utilizar de uma base teórica englobada pelo Positivismo, passando pelo Evolucionismo até o Darwinismo Social, como evidência Schwarcz, em sua obra “O espetáculo das Raças” (1993).

Recentemente, soma-se a essa realidade de opressão à cultura afro-brasileira, a centralidade das religiões cristãs protestantes e do movimento neopentecostal. Essa observação é necessária, porque tais vertentes religiosas, sobretudo a partir da década de 1980, passaram a disseminar a crença de que as religiões afro-brasileiras seriam um inimigo a ser combatido, ao passo em que, representam o diabo por se oporem a preceitos bíblicos, como mostra Ricardo Mariano em “Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro brasileiros” (2007, p. 119-148).

Este processo de combate às religiões majoritariamente negras pode ser observado a partir da redefinição do termo “religioso”, que passa a ser cada vez mais latente nos anos 1990, momento o qual, como aborda Giumbelli⁴, a comum frase “ser brasileiro é ser católico” perde cada vez mais nitidez no contexto social. Isso decorre da forma de atuação dos grupos evangélicos com a própria religião, em decorrência de tais grupos terem introduzido em seus

³ “ [...] No Brasil, a escravidão colocou em contato as religiões de diferentes povos africanos, que acabaram por assimilar e trocar entre si elementos semelhantes de suas culturas. Assim se sobrepuseram e se fundiram ritos de origem distinta num amálgama comum de que surgiram as religiões afro-brasileiras.[...]As religiões afro-brasileiras recebem nomes diferentes dependendo do lugar e do modelo de seus ritos. No nordeste há o tambor-de-mina maranhense, o xangô pernambucano e o candomblé baiano. No Rio de Janeiro e São Paulo prevalecem a umbanda e o candomblé e no Sul, o batuque gaúcho. Isso evidencia as permanências e transformações africanas nas religiões afro-brasileiras. [...]” (MUSEU AFRO BRASIL. Roteiro de visita ao acervo. São Paulo: 2007, p. 18-20)

⁴ O autor aborda em sua obra “Um projeto de cristianismo hegemônico”, a diversidade dos representantes do protestantismo no Brasil, ao passo em que demonstra que tais segmentos não estão, em sua maioria, interligados com os dogmas europeus do século XVI, sobretudo, em virtude do papel exercido pela Igreja Universal do Reino de Deus, a qual desde os anos 1990, reestruturou a participação social dos “evangélicos” na política e na mídia, a medidade em que também inserem os afro-brasileiros como alvos de ataques religiosos.

ritos ações que são exteriores a religiosidade, tais quais os shows de auditório, ao mesmo tempo em que seus dogmas passam a permear outras áreas sociais, como a política.

Assim, o aumento de fiéis cristãos, principalmente evangélicos, estimulou o ingresso desses atores nas eleições e na carreira política brasileira, fenômeno o qual vem se tornando cada vez mais latente desde 2013, quando a liderança evangélica no Congresso assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, marcando uma inclinação evangélica ao espectro de direita, o que desencadeou o início de um processo de radicalização de ideais, que se apoiavam na defesa de uma moralidade cristã e nos valores de ordem familiar conservadora (Mariano, 2023). Este cenário foi sendo cada vez mais tensionado por meio de discursos políticos de hostilização às minorias sociais e às instituições da república, como o Supremo Tribunal Federal, o que se transformou em ações de campanha pastoral e eleitoral para líderes políticos da extrema-direita, como restou evidenciado até o momento da realização da entrevista base para este trabalho, quando, conforme pesquisa do Datafolha⁵, às vésperas do segundo turno, Bolsonaro obteve 54% dos votos evangélicos contra 37% de seu adversário no segundo turno.

À vista disso, para além da questão do racismo religioso, este trabalho apurou a prática discursiva religiosa existente nas tensões enfrentadas pela política brasileira na última eleição presidencial. Esta alteração de enfoque ocorreu em virtude de que Ana Maria, durante a realização da entrevista, ao ser questionada, de início, acerca do cenário religioso brasileiro, foi categórica em afirmar que a intolerância religiosa não é um fenômeno vivenciado no país, porquanto, o que ocorreria na prática seria uma de disputa política entre grupos ideológicos distintos, nas palavras da pastora: *“Eu não acredito que a gente esteja vivendo uma intolerância religiosa. Eu acredito que a gente esteja é batendo de frente com um grupo progressista. [...] Eu tenho visto pessoas brigando na rua porque são petistas ou bolsonaristas.”*. Esta modificação do eixo trabalhado se tornou fundamental, visto que, como outrora abordado, os líderes evangélicos são norteadores para as tomadas de decisões respaldadas nos princípios cristãos bíblicos. (Morais, 2012, p. 01)

Por conseguinte, o discurso de Ana Maria não será analisado como mera exposição de informações, mas sim como forma estruturante da realidade social, já que a partir destas falas se estabelece uma forma de orientação de práticas e moralidades que repercutem na esfera social. Como forma de embasar tal entendimento, partimos, então, da religiosidade como

⁵Acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/datafolha-alta-de-bolsonaro-entre-evangelicos-e-previsiv-el-enquanto-lula-patina.shtml>.

fruto dos contextos históricos-sociais e suas dinâmicas, assim, nos permitindo considerar as lideranças religiosas como agentes ativos dessa transformação, isso, pois, os discursos destas personalidades atuam de forma a influenciar direta e indiretamente o pensar individual de seus seguidores e também da coletividade em que estão inseridos. Dessa forma, a religiosidade e suas questões morais⁶ passam a ser compreendidas a partir de relações concretas com os mais diversificados setores da sociedade.

Para interpretar cientificamente o discurso da pastora tomaremos como base uma investigação interdisciplinar, uma vez que o trabalho incorpora assuntos de diversas áreas do conhecimento como a questão racial, política e histórica de nosso país. Posto isso, busca-se uma análise satisfatória de questões multifacetadas, que necessitam de um olhar crítico no âmbito social e político, conectando de maneira coerente e pertinente, uma rede de conceitos e dados capazes de sustentar uma abordagem responsável do contexto político e religioso atual.

Destarte, optou-se pelo método histórico na condução da pesquisa proposta, a fim de garantir uma breve reconstrução adequada do passado religioso brasileiro, com enfoque no racismo. Além disso, foi empregado o método qualitativo aliado ao uso do método de campo, dado o contato direto entre os alunos e a entrevistada. Por fim, tomamos a teoria da Análise de Discurso (Pêcheux et. al, 1980)⁷ a qual busca investigar os efeitos de sentido e a relação das categorias de “sujeito” e de “ideologia”, ao passo em que se observa a relação entre língua, história e agente, considerando o discurso não como uma produção individual, e sim como algo que atravessa o enunciador em busca de uma materialização dos enunciados.

Nesta perspectiva, o discurso se tornou nosso objeto base de análise, uma vez que pode ser entendido como uma produção dentro do tempo que atravessa aquele que enuncia. Isso, pois o discurso não está ao controle daquele que o projeta, mas apenas atravessa seu enunciador, os quais apenas colocam palavras nas linhas temporais, enquanto a matéria interna é um fenômeno que depende de regras históricas carregadas de contraditório por englobar interpretações ideológicas das situações. Isto é dizer que na teoria de análise de Pêcheux, o discurso é o processo de movimento do enunciado, onde a ideologia permeia o

⁶ Conceito compreendido neste trabalho como um conjunto de princípios que se originam de interpretações variadas do texto bíblico, o que impede uma pré definição rígida, vez que as compreensões variam conforme a ideologia que perpassa o agente em dado momento histórico.

⁷ A obra "Materialidades Discursivas", escrita originalmente em 1980, teoriza acerca de uma análise discursiva que tem como base a compreensão da ideologia formadora do objeto em estudo e a articulação entre o marxismo, a psicanálise e a linguística. Nesse óbice, a obra versa sobre o materialismo dialético e, assim, engloba a constante alteração que as coisas enfrentam, bem como elenca o fato de que os meios de produção acabam por permear outras esferas sociais que vão além da economia.

sujeito por uma vasta carga significativa manifestada a partir da comunicação e de conhecimentos implícitos da posição que o outro ocupa na estrutura social

Em nosso caso, a interlocutora é nascida e criada em berço evangélico, sendo pastora há 20 anos e atuando no cuidado dos adolescentes e das mulheres que frequentam a Igreja, a medida em que também auxilia o pai, também pastor, nas questões administrativas, atuando na função de vice-presidente da instituição. Ainda, a entrevistada ostenta o pioneirismo em ser a primeira mulher a assumir esse cargo de liderança em um dos segmentos da Igreja Batista⁸.

Nesse óbice, entrevistar alguém não apenas nascido e criado na tradição evangélica, mas também estudante da dogmática que lhe permeia, nos permite observar, nas gerações posteriores ao movimento pentecostal brasileiro do final dos anos 1980, uma diferença na maneira de se relacionar com a religião. Dado que, não estamos falando mais somente de pessoas convertidas ao protestantismo, mas de agentes que, desde muito pequenos, estão em contato com as crenças concernentes a essa forma de professar a fé, ou seja, há uma mudança na maneira de identificação das pessoas com a religião que tem o ambiente familiar como um dos componentes centrais nesse rearranjo, como se pode evidenciar:

“[...] Então é, claro que eu sempre vou defender a religião que eu sigo, Deus que eu sirvo [...] Eu mesma nasci um lar cristão evangélico e antes de me decidir pelo cristianismo eu estudei outras religiões. Isso foi importante pra mim porque a minha fé hoje é fundamentada em algo que eu acredito e não em algo que foi imposto entendeu? A gente sempre vai querer uma religião que está de acordo com o que a gente quer.”

Pelo exposto, a forma de manifestação dos grupos protestantes acaba por ser, via de regra, fundada em interpretações bíblicas, como enfatizado por Ana Maria “[...] *Pelo fato de sermos pastores e a gente ter a Bíblia como regra de fé [...]*”. Todavia, a propagação da fé cristã evangélica, como acima argumentado, acaba por permear a cultura política dos grupos de extrema-direita, resultando em discursos moralistas que combatem pautas de setores do espectro político oposto, como parte da esquerda progressista e, além disso, acabam por violar a individualidade e dignidade inerente à pessoa humana⁹ de determinados grupos sociais.

⁸ As informações da entrevistada foram obtidas pela pergunta do tópico 01, que consiste em: "Pastora, qual a posição e as funções que você ocupa dentro da Igreja Batista?"

⁹ Entendida neste trabalho como “um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas” (MORAES, 2006 p. 16)

Tais constatações podem ser materializadas nos trechos extraídos, de forma genérica, da entrevista realizada com a pastora, onde a mesma afirma: *“eu me posiciono contra pautas progressistas. Eu me posiciono e tenho medo que elas invadam a igreja. [...]Eu tenho medo é que a igreja passe a adotar esses costumes que são costumes pagãos, que são costumes contra a Bíblia, entendeu?”*. Em continuidade, tais observações ainda podem ser contadas de forma ainda mais específica, como abordado no capítulo seguinte.

ANÁLISE DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA: A bíblia como regra de fé

Dando continuidade à entrevista, nós perguntamos à pastora sobre como ela compreende a pluralidade religiosa¹⁰. Ao responder, Ana Maria questiona sobre qual pluralidade religiosa estaríamos nos referindo: *“[...] então, é... Você fala a pluralidade religiosa dentro do meu segmento ou no geral?”*. O questionamento da pastora pode parecer, à princípio, desprezioso, mas carrega uma importante reflexão, dado que, por vezes, realizamos uma abstração equivocada, desconsiderando a diversidade protestante ao tratar dos evangélicos no Brasil, bem como lembra Giumbelli (2007, p. 149), mostrando que no segmento cristão protestante existe uma diversidade, que exige estudos e tratamentos distintos conforme suas expressões.

Prosseguindo à resposta a pastora afirma: *“[...] eu gosto de ouvir opiniões que divergem das minhas, justamente para a gente poder repensar, analisar [...] então essa pluralidade, ela é importante, porque, às vezes, né, uma religião não se adapta àquilo que uma pessoa quer [...]”*. Dessa forma, a entrevistada, inicialmente, mostra-se tolerante ao diferente, divergindo do histórico das religiões neopentecostais desde 1990, em virtude de que, como já dito na introdução deste trabalho, parte dessas vertentes adotam ideologias radicais e contrárias ao progressismo.

Ao chegar na terceira questão, onde foi perguntado a ela sobre a intolerância religiosa e sua compreensão sobre o conceito¹¹, pretendíamos abordar a intolerância exercida contra religiosos de matriz africana, como retrata, por exemplo, o documentário "Fé e Fúria" de Marcos Pimentel, nas regiões do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Entretanto, a resposta da entrevistada foi certa: *“Eu não acredito que a gente esteja vivendo uma intolerância*

¹⁰ A pergunta do tópico 02 consiste em: "Como você enxerga a pluralidade religiosa?"

¹¹ A pergunta do tópico 03 consiste em: "Em um país marcado pelo sincretismo, como no caso brasileiro, como você entende a intolerância religiosa?"

religiosa. Eu acredito que a gente esteja batendo de frente com um grupo progressista". Ou seja, Ana Maria, reafirmando a aliança político-religiosa da direita com grupos religiosos, compreende não existir intolerância religiosa para com a sua própria religião neopentecostal ou com outros segmentos, pois, o que existe, segundo ela, é a luta de sua crença contra o progressismo, ideologia contrária às bases cristãs e conservadoras.

Ana Maria, exemplificando quais seriam as pautas progressistas nocivas à comunidade cristã, relata sobre a temática da família: “[...] *Jeles querem que seja instituído o dia da família porque é um casal, né? Enfim, homoafetivo. OK. Dia da família. Mas não precisa tirar o dia dos pais nem o dia das mães. Mantenha o dia dos pais, mantenha o dia das mães e faça o dia da família*”. Assim, ela demonstra não só a proteção da instituição da família como algo basilar em seu discurso, mas também demonstra que a lógica de seu discurso está centrada em perpetuar uma ideologia de discriminação. Isso porque aqui, é possível perceber, novamente, um nível de tolerância para com o diferente, mas ainda não se fala em tom de igualdade, pois os interesses de casais homoafetivos podem ser apenas tolerados e não respeitados.

No fim de sua resposta, Ana Maria, conclui dizendo: “*Intolerância religiosa eu acredito que quem vive isso está lá no Oriente, Nicarágua, mas aqui, falando do Brasil, não estou vendo ainda uma intolerância religiosa não*”. Nesse sentido, a pastora nem sequer aborda casos de agressões motivadas por ódio religioso que ocorrem de maneira sistêmica no Brasil, em especial contra afro-descendentes (Nicácio, 2021).

Já na quarta pergunta, indagamos como seria sua atuação no combate a intolerância no âmbito religioso¹², isso se deu, em decorrência de que a pessoa que nos ofereceu o contato da pastora para a realização da entrevista, também informou que ela travava uma luta ativa contra a intolerância religiosa. Todavia, tendo a pastora uma visão politizada do denominado como “intolerância religiosa”, ela retoma o discurso da resposta anterior, evidenciando sua negação contra as propostas progressistas: “*Se eles não são hétero, se não é um casal hétero, então por que eles querem que um pastor, um padre realize o casamento deles? Entendeu? E tirar o dia dos pais e das mães. Ensinar ideologia de gênero nas escolas. [...] Por que eles querem que o pronome neutro seja adotado nas escolas*”

Percebemos, então, que as intenções de Ana Maria não são de efetiva propagação do ódio, ou de ameaças à dignidade de outros grupos sociais, mas apenas a perpetuação de um

¹² A pergunta do tópico 04 consiste em: "Você trava uma luta contra a intolerância religiosa. Poderia nos explicar como você atua nesse combate?"

discurso que interpreta propostas progressistas como ofensivas às bases conservadoras cristãs. Nesse óbice, entendemos que as respostas aqui analisadas seriam o reflexo de uma ideologia por vezes opressora para com aqueles não inseridos nos padrões morais pré concebidos pela religião. Em outros termos, o discurso analisado vai além das concepções pessoais da entrevistada, reafirmando a teoria discursiva de Pêcheux.

Passando para a pergunta de número 05, questionamos se haveria um perfil comum das vítimas de intolerância religiosa¹³. Sobre a produção da questão, o grupo tinha em vista que a entrevistada traçasse um perfil majoritário de vítimas da intolerância religiosa. Entretanto, durante a realização da entrevista, alteramos nossa expectativa do que seria apresentado, sobretudo em decorrência do próprio modo de pensar demonstrado até aqui pela pastora, assim, havíamos entendido que a “guerra santa” (Giumbelli, 2007, p.157) entre neopentecostais e religiões afro-brasileiras não seria citada.

E, de fato, sua resposta não abrangeu o esperado, pois ocorreu o retorno à temática de imposições ideológicas e perseguição aos neopentecostais. Nesta perspectiva, Ana Maria explica entender como vítimas os religiosos cristãos, os quais sofrem com práticas discriminatórias. Observa-se no próprio relato pessoal: *“Bom. Eu, por exemplo já fui ameaçada por pais de santo. ‘Eu vou acabar com sua vida. É, você não me conhece, você está atrapalhando o meu negócio, eu vou te matar’, e a gente sabe que não é uma ameaça de morte direta, né? A gente sabe que a pessoa não está falando que vai pegar uma faca, uma arma letal, a gente sabe que a pessoa está falando em fazer um trabalho espiritual, entendeu?”*

A partir desta resposta chegamos a duas constatações, a primeira diz respeito ao fato da desconsideração de vítimas afro-brasileiras como alvos centrais da intolerância religiosa, possa ser consequência de um retrato descolado da realidade brasileira, o qual ignora estudos que apontam como vítimas majoritárias os religiosos de matriz africana (Miranda, 2021), principalmente considerando o histórico escravocrata do país. Em um segundo momento, observamos, novamente, a reprodução de um discurso marcado por uma ideologia que transpassa o sujeito e, por vezes, reduz religiões afro-brasileiras a radicalismos, exercidos por meio rituais compreendidos como pejorativos que representam de algo ultrapassado e ameaçador à ordem social. (Schwarcz, 1993)

¹³ A pergunta do tópico 05 consiste em: "Ao atuar ativamente em casos de intolerância religiosa, seria possível evidenciar um perfil em comum das vítimas dessa prática?"

Em continuidade, quando nós indagamos a pastora sobre uma possível situação em que ela teria sido vítima de intolerância religiosa¹⁴, sua resposta se inicia com um relato sobre um caso envolvendo seu pai e a rede de fast food *Burger King*. Isso porque, o pastor incentivava os pais de alunos do colégio em que atua como diretor a não frequentar o restaurante, pois o estabelecimento realizou, nas palavras de Ana Maria “*apologia à comunidade LGBT*” por uma propaganda, ato realizado em desacordo com o pregado na Bíblia. O caso ganhou notoriedade, por seu pai e a escola terem sido denunciados pelo Ministério Público.

A entrevistada seguiu dizendo: “*a gente entende que esse assunto de sexo, ideologia de gênero, orientação sexual é uma questão, assim, para ser tratada quando os estudantes forem mais velhos, não com crianças da primeira idade*”. Sendo possível constatar, outra vez, um fenômeno da aproximação ideológica desse recorte da matriz evangélica para com a direita política (Mariano, 2023), vez que a Bíblia é colocada como base moral que afastaria qualquer contato com conceitos de diversidade e de gênero, na juventude.

Ainda, a pastora afirmou entender o ato de denúncia como injusto e revestido por intolerância religiosa contra seu pai: “*eu considero que foi uma intolerância da outra parte, no caso, não que meu pai ele tenha sido intolerante, ele se posicionou conforme a Bíblia*”. Nesse sentido, observamos uma mobilização que opõe a dignidade do outro sob a perspectiva da moralidade e da liberdade de expressão religiosa, segundo o qual determinadas manifestações poderiam ser combatidas, pois, são postas como nocivas para jovens, em decorrência de uma instrução do moralmente correto a se fazer segundo interpretações bíblicas.

Pelo exposto, Ana Maria não respondeu exatamente à pergunta, porém, através dela, constatamos o estabelecimento de uma linha de raciocínio de preconceito, discriminação e intolerância presente em seu discurso contra pautas de grupos minoritários. Sendo notável apontar também a impossibilidade de recolher uma resposta exata sobre o desenvolvimento do tratamento institucional no caso relatado, dado que a resposta tratou apenas da primeira metade da pergunta.

¹⁴ A pergunta do tópico 06 consiste em: Ao se identificar com o cristianismo, você já foi vítima da intolerância religiosa? Se você levou o caso para as autoridades, seria possível nos relatar qual foi o tratamento institucional recebido?

Em continuidade, questionamos Ana Maria sobre a possível diferença de tratamento institucional, por parte das autoridades, tendo em vista casos de mães que perderam a guarda de seus filhos por levá-los às celebrações em terreiros¹⁵, para tanto utilizamos uma reportagem de jornal¹⁶ que noticiou casos relacionados a Umbanda. A entrevistada, em primeiro plano, mostra desconhecimento sobre os casos, mas enfatiza que *“uma mãe não pode perder a guarda de um filho por isso”*.

Assim, muito embora manifeste com afincosua indignação perante a situação afirmando *“isso sim é intolerância religiosa”*, a entrevistada prossegue na resposta com as seguintes palavras: *“[...] a Bíblia diz: ensina a criança no qual o caminho ela deve andar, para que futuramente ela não venha a se desviar dele [...] obviamente Jesus está falando para nós ensinarmos às nossas crianças sobre ele, né? Sobre o sacrifício de morte, cruz, ressurreição [...] então, se tiver declarado, ali, que houve um sacrifício, né? De animal, alguma coisa assim, algo que está fora, eu até concordo”*.

Nestas respostas surge, novamente, um conteúdo definidor de moral de origem religiosa: o afastamento de uma mãe é negativo por ser uma perturbação da instituição familiar, mas é justificável se a mãe atuou de forma a expor a criança com algo “mau”, representado como o sacrifício de animais. A partir disso, nós avançamos na constatação estigmatizada da pastora acerca das religiões afro-brasileiras, dado que na visão da interlocutora, o fato da religião ser de matriz africana implica na provável ocorrência de rituais reprováveis ao ser ver, apesar desta categoria de ação não ter sido mencionado na notícia.

Compreensão esta já abordada pela literatura de Mariano, o qual relata que uma “[...] série de racionalizações religiosas de cunho cristão, de interesse institucional da Igreja Católica e há muito sedimentadas no imaginário social e na cultura brasileira” (Mariano, 2007, p. 127) vem sendo operado pelo cristianismo nas suas vertentes protestantes, com a intenção de solidificar a diferença entre religiões cristãs e religiões afro-brasileiras, apresentando a primeira como geradora de bons costumes e a segunda como revestida de rituais grotescos e danosos para os envolvidos.

¹⁵ A pergunta do tópico 07 consiste em: Tendo em vista casos de mães que perderam a guarda de seus filhos por levá-los a celebrações em terreiros, é possível falar em uma diferença de tratamento institucional, por parte das autoridades? (Com posterior leitura da matéria da Istoé).

¹⁶ Acesso em: <https://istoe.com.br/mg-mae-perde-guarda-da-filha-de-14-anos-apos-leva-la-a-umbanda>

Em continuidade à literatura de Ricardo Mariano, também foi possível notar uma estrutura argumentativa da entrevistada, onde a legitimidade de um ritual decorre da inserção deste na Bíblia, em decorrência de uma leitura tolerante com atos exercidos de acordo com preceitos cristãos. É aqui que constatamos a desestruturação de paridade entre as religiões quanto à prerrogativa de liberdade religiosa, noção essa da qual a pastora nos pareceu, por dedução a partir de suas respostas iniciais, ser adequada.

Partindo para a questão 08 que tenciona acerca da relação entre manifestação de cultos e intolerância religiosa em um Estado democrático¹⁷, a pastora entendeu estarmos frente a um Estado secularizado, o qual se baseia na impossibilidade de interferência na forma de expressão da fé de terceiros: *“O estado é laico. Eu tenho o direito de cultuar como e onde eu quiser, desde que eu não venha ferir o direito de ninguém [...] isso para mim é uma coisa inegociável”*.

Entretanto, no desenvolver da resposta, a entrevistada aponta que mesmo perante uma estrutura estatal laica, sua religião apresenta limites de tolerabilidade. Assim, torna-se necessário a definição de quais seriam esses limites e quem seriam os indivíduos a quem eles se dirigem. Por conseguinte, retoma-se aos conceitos iniciais que direcionam as discussões do campo religioso para o campo político, pois os grupos, então entendidos como minoritários e progressistas, passam a ser o centro da entrevista, como mencionado no capítulo anterior.

Essa centralidade e seus limites é reestruturada pela pastora a partir da menção a ações de ativistas negros, como evidenciado em Curitiba, em 06 de fevereiro de 2022, onde o vereador Reinaldo Freitas usa de uma igreja cristã para se colocar contrário a violência à afrodescendentes. Bem como acerca da diversidade de gênero e a presença de homossexuais em igrejas *“Eu acho que com essa questão das minorias agora, dos movimentos que têm crescido vai ter que haver várias reformas, as pessoas se identificam com vários gêneros. Você viu isso?”*.

¹⁷ A pergunta do tópico 08 consiste em: Para você, qual a relação entre manifestação de cultos e intolerância religiosa em um Estado democrático?

Aqui, denota-se o receio de uma desestruturação da ordem religiosa e social em virtude de um aumento das ações de grupos da chamada “*esquerda progressista*”. Tal receio se materializa em falas como “*Se essas coisas começarem acontecer aqui no Brasil, vai precisar acontecer uma reforma muito séria religiosa [...] a igreja evangélica não aceita isso.*”, onde Ana Maria remonta ao item 03 da presente entrevista, no qual ela passa a ensejar novamente a necessidade de uma resposta por parte do polo oposto, a “*direita*”, em caso de avanços de pautas sociais no meio religioso deixem de ser compreendidos como isolados.

Assim, Ana Maria evidencia que além de um estado laico, passa a ser necessário um Estado justo, o qual atue por um plano relacional de horizontalidade ao abranger variadas vertentes religiosas, seja no momento de permitir culto ou até em relação a políticas públicas de isenção de impostos. Mas, para a estruturação deste Estado, passa a ser exigido pela pastora uma pré-definição de requisitos comportamentais. Ou seja, ela acredita que as normas positivas devem estabelecer limites cabíveis às ações individuais e coletivas para ser possível a edificação de uma sociedade justa: “*As leis têm que estar muito bem definidas, para que a gente, cada um, possa atuar na normalidade [...] Então acho que a lei tem que dar uma ajustada nisso daí*”.

No item 09, ao ser questionada se as atuais políticas voltadas ao combate à intolerância religiosa têm se mostrado eficientes¹⁸, é aparente, como em todo o curso da entrevista, o fato de a pastora não enxergar um ambiente social marcado pela intolerância religiosa, e sim por uma contraposição ideológica entre grupos políticos distintos, como se pode ler em “*A briga, ela, como eu te falei né, eu não sei se posso chamar isso de uma briga religiosa, é uma briga ideológica*”.

Não obstante, no desenvolver de sua argumentação, a entrevistada pauta que a questão também permeia outras áreas da conjuntura social brasileira: “*É uma questão cultural também, né? de preservação.*” Aqui, segundo ela, as divergentes temáticas pautadas pelos grupos antagônicos representam uma ameaça para os evangélicos, ao passo em que o combate a essas ideologias progressistas seriam formas de preservação de seus ideais cristãos. Nesse sentido, esse combate é visto como importante para seu setor religioso se fortalecer e realizar a manutenção da moral e da estrutura social defendida.

¹⁸ A pergunta do tópico 09 consiste em: Você entende que as atuais políticas voltadas ao combate à intolerância religiosa têm se mostrado eficientes? Caso contrário, quais medidas contribuiriam para a reversão desse cenário?

Todavia, mesmo perante esta tensão apresentada pela pastora no que diz respeito às ideologias progressistas e os dogmas, a entrevistada defende que, ao menos no presente momento, as instituições, incluindo a sua, devem atuar de modo neutro frente a um cenário de polarização, como posto em *“Cabe a Igreja também se resguardar [...] As lideranças religiosas vão precisar conversar com os seus membros, né?”*. Isso, pois Ana Maria realiza uma distinção entre sua concepção pessoal apresentada por seu discurso em relação às direções a serem adotadas pelas instituições, as quais devem se afastar da contraposição de ideias políticas.

Ou seja, mesmo que contraditório, em virtude de seu lugar de poder em um segmento Batista, a entrevistada defende uma interrupção da atual conformação em prol de uma base de diálogo bem definida dentro da institucionalidade. Isso pode vir a ser observado em *“Vai chegar uma hora que vai ter que todo mundo partir para o diálogo, definindo seu espaço e se respeitando”*.

Por fim, questionada sobre suas expectativas em relação à convivência entre as religiões nos próximos anos¹⁹, a entrevistada responde essa pergunta com convicção a respeito da inevitabilidade de uma futura piora da situação, marcada pela *“desordem”* caracterizada pela entrada de discursos *“de esquerda”* no meio evangélico, isto é dizer, a entrevistada não trata da interação entre religiões, mas sim prefere apresentar uma perspectiva política. Nesse cerne, seu argumento é que a polarização política dificulta a identificação de movimentos, pois mistura religião, política e costumes de forma generalizada: *“Eu acho que eles misturam as coisas, entendeu? Eu acho que pra eles é bolsonarista conservador, direitista, religiosos, eu acho que pra eles é a mesma coisa, entendeu? Como pra nós também quem é da esquerda é pró-aborto, ideologia de gênero, movimento LGBTQ mais. E por aí vai”*.

E como consequência: *“Eu acho que está sendo pregada uma falsa paz”* que se reflete nos conflitos pós-eleição, a vista de impedir o realmente necessário para ela, o que consiste no aprender a gostar de quem pensa diferente sem tentar mudá-lo. Esse discurso, então, retorna um conhecido paradoxo²⁰ de tolerância, em decorrência de que mesmo desejando o estabelecimento de respeito mútuo entre as partes, Ana Maria realizou ataques subjetivos a variados grupos ao decorrer da entrevista, como forma de assegurar sua fé.

¹⁹ A pergunta do tópico 10 consiste em: Quais as suas expectativas em relação à convivência entre as religiões nos próximos anos? Acredita estarmos caminhando para um cenário mais harmônico ou para um acirramento dos conflitos motivados pela intolerância religiosa?

²⁰ Termo esse que é admitidamente indevido do ponto de vista antropológico, pois implica em um processo de tradução que não traz consigo um esforço para compreender o valor da ontologia distinta analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da entrevista realizada com a pastora, denota-se o discurso religioso de parte do segmento evangélico como voltado para uma abordagem que vai além de meras demandas práticas, por visar a defesa de uma ideologia baseada na interpretação bíblica e na moralidade familiar, bem como se encontra permeado de ideologias pertencentes a espectros políticos de alas conservadoras da direita brasileira, incluindo também o medo de uma ameaça construída contra as religiões afro-brasileiras. Ou seja, observamos os discursos religiosos, em especial dos líderes das comunidades, como permeados por pressupostos ideológicos.

No mais, tomando a figura de um líder religioso como de vasta importância para o processo relacional social, têm-se, então, um possível reflexo dessas práticas na subjetividade de membros da comunidade religiosa, o que estabeleceria contradições com as filosofias do pluralismo, multiculturalismo e da noção de direitos humanos. Dessa forma, há que se refletir sobre as tensões que a categoria “religião” enfrenta quando permeada por ideologias moralistas, conservadoras e utilizadas como propaganda eleitoral para lideranças políticas que envolvem ataques às religiões afro-brasileiras e a pautas progressistas.

Tal questionamento se torna fulcral, porque tais defesas enviesadas podem afetar o desenvolvimento da personalidade e singularidade de indivíduos e até mesmo de grupos, os quais historicamente são oprimidos por um pensar modernizador estabelecido por juristas e cientistas durante o século XIX e que, além disso, não só permanecem até a contemporaneidade, como também são agravados em contextos políticos polarizados, como o enfrentando nas eleições presidenciais de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIUMBELLI, Emerson. **Um projeto de cristianismo hegemônico.** (Org). SILVA, Vagner Gonçalves. Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2007.

MARIANO, Ricardo. **Ativismo político evangélico conservador e de direita: panorama recente.** Heinrich Böll Stiftung. Web Dossiê. Rio de Janeiro. 13 de Julho de 2023.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros.** In: SILVA, V. G. da. (org.). Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007, p. 119-148.

MONTERO, Paula. (1994). **Magia, racionalidade e sujeitos políticos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9 (26), 72-90.

MONTERO, Paula. **O problema do sincretismo.** Teoria e Sociedade, UFMG, v. especial, p. 112-119, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 19ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2006.

MORAIS, Edson Elias de. **O DISCURSO RELIGIOSO E A POLÍTICA CONSERVADORA.** XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões. São Luís. 2012.

NICÁCIO, Camila S., **Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrências.** Revista Direito GV, v. 17, p. 1-25, 2021.

PÊCHEUX, Michel. GADET. Françoise. CONEIN. Bernard. COURTINE, Jean-Jacques. **Materialidades Discursivas.** São Paulo. Editora UNICAMP. 2016 .

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870 - 1930.** São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SOARES, L.E., **Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro.** In: SOARES, L. E. Os dois corpos do presidente e outros ensaios, RJ: Relume Dumará/ISER, 1993, p. 203-216.